

**SEX**, Ferrnco Cabeira, Deneris Magnoli (quá zera), Miguel de Almeida (cuá zera), Inapã Santana (quá zera), Washington Oliveira (cuá zera), Porto Zola (cuá zera)  
**TER**, Merval Pereira, Pez Doka, **QUA**, Vera Magalhães, Elio Gaspari, Bernardo Nêto Pires, Roberto Dalatta (cuá zera), **QVI**, Merval Pereira, Malu Gaspar  
**SEX**, Vera Magalhães, Nêta Oliveira, Bezerra Melo Franco, **S&S**, Carlos Alberto Santenheg, Eduardo Afonso, Pôlo Cristóvão, **DOM**, Merval Pereira, Dorci Mariani

FLÁVIA  
OLIVEIRA

## Alívio para os mais pobres

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao entregar no Congresso Nacional o calhambo de 300 páginas e 500 artigos que compõem a regulamentação da reforma tributária, chamou a atenção para o potencial de crescimento econômico dela decorrente. A simplificação e a digitalização que virão com o novo sistema: podem fazer o Produto Interno Bruto (PIB) crescer de 10% a 20% ao longo do tempo. Faltou mencionar os dividendos políticos que o governo pode colher com medidas que, tudo indica, promoverão mais justiça tributária e, consequentemente, aliviarão o bolso dos mais pobres.

nos países desenvolvidos. A atribuição brasileira sobre o consumo é criticada pela regressividade. Significa que, quanto menos se ganha, mais se paga. Injustiça deficiente. A emenda constitucional promulgada em 2023 não é livre de assimetrias. Afinal, ainda há setores privilegiados com exceções, impedindo a redistribuição de renda. Segundo o IBGE, 26,5% ora estimados. Mas é muito provável que os brasileiros de baixa renda percebam a diferença (para menos) nos gastos com produtos e serviços absolutamente essenciais. Nada trivial num país em que um em cada quatro laros enfrenta algum nível de insegurança alimentar, ou seja, mais da metade da população vive em situação de fome, portanto — tem renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo.

No Projeto de Lei que chegou ao Congresso, a equipe econômica propôs a formalização do *cashback*. E literalmente dinheiro pago em impostos devolvido ao contribuinte de baixa renda. Quem estiver no Cadastro Único com renda domiciliar *per capita* abaixo de meio salário mínimo terá de volta 100% da CBS, o imposto federal, cobrado do botijão de gás; metade do valor incidente sobre contas de luz, gás encanado, água e esgoto. Nos demais produtos, 20% de CBS e IBS (impostos estadual e municipal) retornará para os consumidores.

No café com jornalistas, terça-feira no Planalto, o presidente da República usou a economia para explicar a perda de popularidade recente do governo. A receita de Lula para superar o mau humor do eleitorado é reduzir o preço da comida ou aumentar os salários. Devolver o ganho real do salário mínimo foi promessa de todas as campanhas presidenciais do mandatário, incluindo a última. A regra de correção já mudou e, desde o início do terceiro mandato, o piso já aumentou R\$ 110. Foram R\$ 18 a mais em maio de 2023 e R\$ 92 em janeiro passado.



Boa parte do valor foi tragado pela inflação dos alimentos no primeiro trimestre.

A desoneração da cesta básica nacional e a aplicação de alíquota reduzida em outros alimentos devem diminuir o preço de alimentos que flutuam muito ao sabor das condições climáticas, do custo dos combustíveis e do frete, das cotações no mercado internacional. Art. 2º, par. 1º, III, da Lei de mandioca, óleo de soja, leite, raízes e tubérculos, farinha de trigo, açúcar estão livres de impostos após a reforma; são itens que pesam mais na cesta de consumo dos mais pobres. Carnes, peixes,ijos, sucos e polpas de frutas sem açúcar e aditivos terão desconto de 60% na tributação. O arroz, o feijão, o milho e o macarrão terão alíquotas reduzidas de 30%. O azeite de soja terá alíquota propôs desonerar o frango, mas. Fazenda incluiu as proteínas animais na alíquota reduzida.

Demais alimentos pagaram a alíquota básica-padrão. Bebidas alcoólicas e açucaradas, basicamente refrigerantes, estarão sujeitas ao Imposto Seletivo, a taxa adicional, com outros produtos que degradam meio ambiente (combustíveis, automóveis) e saúde (cigarros). Houve pressão de autoridades de saúde e organizações da sociedade civil pela tributação maior dos alimentos ultraprocessados, caso de comida pronta, como lasanhas e pizzas, salgadinhos, biscoitos, balas, guloseimas. Em janeiro, o British Medical Journal publicou uma pesquisa com 32 doenças ao consumo de ultraprocessados, incluindo câncer, problemas cardíacos e pulmonares, diabetes, perturbações da saúde mental e morte precoce.

Por que é que a Fazenda faz feio de não dar ultraprocessados para a algarueta ché e aplicar aos alimentos *in natura* a desgeneração. Na exposição de motivos, o governo afirma que estes sãduos foram privilegiados por induzir boas práticas de alimentação. Houve algum esforço para seguir recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde. No início do mês, a Fiocruz divulgou estudo sobre as crianças de 5 a 17 anos com obesidade, as mais altas e obesas. Os pesquisadores analisaram 5,7 milhões de crianças, de 3 a 10 anos, que foram divididas em dois grupos, nascidas entre 2001-2007 e 2008-2014. A faixa mais nova ganhou 1 centímetro sobre os mais velhos, em ambos os sexos. A obesidade saltou de 11,1% para 13,8% entre os meninos e de 9,1% para 11,2% entre as meninas. Se ganho de altura reflete melhorias das condições de vida, a obesidade é um sinal de má-cupia. O estudo cita “novos padrões da dieta, com destaque para o papel dos ultraprocessados” como causa, bem como comporta-

— Há certa frustração pelos ultraprocessados não terem sido incluídos no Imposto Seletivo. Margarina está na cesta básica, provavelmente alguns bolos, biscoitos e salgadinhos vão entrar na alíquota reduzida. Mas a maior parte dos itens está exposta ao imposto cheio. Isso tende a tornar a alimentação saudável mais barata, mais atraente, se a lei for aprovada como está — diz Marcello Baird, coordenador de Advocacy da ACT Promoção da Saúde, uma das organizações mais ativas em defesa da saúde pública no país.

BERNARDO  
MELLO FRANCO

## Chibatada na História

**D**e depois de 114 anos, a Marinha continua a acoitar a memória de João Cândido. O comandante Marcos Sampaio Olsen pediu aos deputados que rejeitem a inclusão do navegante negro no Livro de Heróis da Pátria. Alegou que ele teria deixado um "reprovável exemplo de conduta para o povo brasileiro".

Em 1910, o marinheiro Marcelino Rodrigues Meneses foi amarrado ao mastro de um encouraçado e levou 250 chicotadas. A surra motivou a Revolta da Chibata, que obrigaria a Força Naval a suspender a rotina de maus-tratos.

Em carta enviada à Câmara, Olsen classificou o motim como "falso óprobrio" (vergonhoso) e "deplorável página da história nacional". Descreveu seus participantes como "abjetos marinheiros", que teriam ferido a hierarquia e a disciplina para "chantagear a nação".

O almirante reconheceu que os castigos físicos eram "equivocados", mas tratou João Cândido, líder do levante, como um "insurgente" a serviço da "subversão". Com essa retórica embolorada, conclamou os parlamentares a negarem a homenagem oficial.

O projeto já foi aprovado no Senado. Agora é debatido na Comissão de Cultura da Câmara. Em audiência na quarta-feira, um representante da Marinha leu a correspondência de Olsen e acrescentou que a revolta sempre será considerada um episódio "inaceitável".

O historiador Álvaro Pereira do Nascimento, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, classificou a renitência como um "erro grave". "A Marinha tem que assumir seus erros. Não haverá como apagar

Preso, confinado e expulso da corporação, João Cândido morreu na pobreza, em 1969. Décadas depois, é reverenciado como símbolo da luta contra o racismo. A carta de Olsen desonra a Marinha, não a memória do marinheiro.

 ARTIGO

## Um projeto para reconstruir os hospitais federais no Rio

NÍSIA TRINDADE DE LIMA  
ADRIANO MASSUDA

**A** busca pela eficiência e qualidade na atenção hospitalar é um desafio global. No Brasil, custos elevados, demandas crescentes, restrições orçamentárias, a grande heterogeneidade na infraestrutura e na capacidade tecnológica contribuem para problemas recorrentes nos hospitais, sejam eles públicos ou privados.

Por concentrar vários hospitais sob gestão das três esferas de governo, o município do Rio de Janeiro é alvo de preocupação constante. Recentemente, surgiram especulações de que era considerada a fragmentação da gestão dos hospitais sob gestão do Ministério da Saúde, o que implicaria desobrigação do governo federal. Contudo abdicar dessa responsabilidade é o oposto do que está inscrito nos princípios do SUS, que se fundamenta na cooperação federativa. Ademais, contradiz o que desenhemos como projeto para uma solução

permanente e sustentável para um problema que é, sabidamente, crônico.

Além da universalidade e da integralidade, o SUS foi fundado em princípios da descentralização e da participação social. Transferir a gestão de serviços federais que compunham a rede assistencial do antigo Inpams a estados e municípios não teve como objetivo desresponsabilizar o governo federal, mas sim corresponsabilizar os três entes da Federação. Também visava a fortalecer a democracia

Entretanto a descentralização de serviços assistenciais ocorreu de maneira problemática em alguns estados e municípios. São Paulo foi uma das últimas cidades a aderir às regras do SUS. Na cidade do Rio, após uma fracassada experiência de municipalização, em 2005 a administração de seus hospitais foi revertida, passando novamente à gestão federal. Foi uma medida paliativa para uma crise estrutural já em curso, dado que o Ministério da Saú-

de não é prestador direto de serviços, e sim autoridade sanitária e coordenador nacional do sistema de saúde. Não obstante o compromisso da imensa maioria dos servidores federais lotados nessas unidades e de experiências exitosas na gestão desses hospitais, há facto diagnóstico apontando graves problemas administrativos, incluindo a montagem de esquemas recorrentes de corrupção, apontados por órgãos de controle federal.

**altamente complexo, é preciso unir forças e não pulverizar sua solução**

Para enfrentar um problema altamente complexo, é preciso unir forças e não pulverizar sua solução. O governo federal está mobilizando suas estruturas com expertise na gestão de serviços assistenciais complexos. Dentre elas, a Fiocruz, nossa maior instituição nacional de pesquisa em saúde pública; o Grupo Hospitalar Conceição, vinculado ao Ministério da Saúde, que administra uma rede de estabelecimentos de saúde; bem como a rede EBSERH, que admi-

A valorização e o fortalecimento dos hospitais federais no Rio requerem esforço conjunto, com envolvimento ativo das três esferas de governo para redefinir o modelo assistencial e de gestão desses hospitais, visando a integrá-los efetivamente à rede do SUS para o atendimento eficiente e de qualidade às demandas locais e regionais. A

N. da R.: Pedro Doria excepcionalmente não escreve hoje.